

Populismo e mídia: O Neopopulismo na América Latina

Neo-Populism in Latin America

Silvio Waisbord

Doutor em sociologia pela Universidade da Califórnia, em San Diego, Estados Unidos. Atualmente é professor e diretor de programas de graduação na School of Media and Public Affairs da Universidade George Washington, em Washington, Estados Unidos e editor geral da Revista International Journal of Press/Politics.

Traduzido por **Juliana Gagliardi**

Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil e mestre em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil. Atualmente é doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil.



Ao citar este artigo, utilize a seguinte referência bibliográfica

Waisbord, Silvio. *Populismo e Mídia: O Neopopulismo na América Latina*. In: **Revista Contracampo**, v. 28, n. 3, ed. dez-mar, ano 2013. Niterói: Contracampo, 2013. Pags: 26 - 52

Republicado com a permissão Marco Roxo da Silva, de Waisbord, Silvio. Media Populism: Neo-Populism in Latin America. In Gianpietro Mazzoleni, Juliane Stewart ad Bruce Horsfield (eds.). *The Media and Neo-Populism: A Contemporary Comparative Analysis*. Westport, CT: Praeger, 2003. Permissão concedida através do Copyright Clearance Center

Edição 28/2013

Contracampo

Niterói (RJ), v. 28, n. 3, dez-mar/2013.

www.uff.br/contracampo

e-ISSN 2238-2577

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

Nada convida tanto a uma torrente de respostas quanto afirmações categóricas sobre o fim de alguma coisa. Comentários de todo tipo inevitavelmente acompanham as declarações sobre “o fim” do capitalismo, do grande governo, modernidade, da ideologia, do industrialismo, do comunismo, do estado de bem-estar, do rock, da moralidade, ou de outras grandes palavras. Sempre que alguém declara a vinda de “pós-tempos”, outros, prontamente, advertem sobre enterrar *o que ainda está vivo*. Isso foi o que aconteceu na discussão sobre as perspectivas do populismo latino-americano. Alguns autores anunciaram a morte do populismo, enquanto outros questionaram a solidez dessas conclusões.

Morto ou vivo, o populismo se recusa a ir embora, seja como uma grande força na política regional, ou como um tema de atenção acadêmica. Enquanto trabalhos passados estavam preocupados com o significado do legado do populismo e com o mapeamento de sua linhagem familiar com relação a outros movimentos políticos do século XX (fascismo, socialismo, comunismo), discussões recentes têm focado nas suas chances de sobrevivência. Enquanto alguns argumentam que o populismo está na lata de lixo da história conforme uma vez que as democracias latino-americanas aderiram a políticas de mercado e desmantelaram o intervencionismo estatal, outros sugerem que o populismo ainda vive, mas com uma face econômica diferente. Eles argumentam que o populismo se transformou em neopopulismo. Como podemos delimitar essas conclusões antitéticas? São elas mutuamente exclusivas?

O Populismo e seus Problemas Conceituais

Uma possibilidade é que a maleabilidade das experiências populistas ressaltam tais discrepâncias nas avaliações. Os partidos populistas têm provado ser extremamente diversos e ágeis, emergindo em diferentes contextos e se metamorfoseando em várias formas. O *Partido Revolucionario Institucional* (PRI) do México ou o Peronismo da Argentina, para considerar dois exemplos clássicos de populismo, provaram-se altamente adaptáveis a diferentes condições políticas. Durante todas as suas longas

histórias, eles têm sido porta-estandartes de diferentes ideologias políticas e planos econômicos. Quando a revolução estava “no ar”, por volta dos anos 1910, o PRI foi revolucionário. Quando a redistribuição de terra pareceu uma solução possível para os problemas econômicos e as desigualdades sociais do México, o PRI defendeu a reforma agrária. Quando a ideologia do desenvolvimento industrial apareceu como um caminho para fora do subdesenvolvimento nos anos 1950, o PRI adotou políticas industriais. Na sua versão da década de 1990, o PRI abraçou o livre comércio e a privatização como pilares dos seus planos econômicos. Do mesmo modo, o Peronismo, defensor, dos anos 1940 aos anos 1970, do protecionismo, distribucionismo social, do nacionalismo e dos direitos dos trabalhadores, encabeçou a notável transformação da economia argentina ao longo das linhas da economia liberal nos anos 1990.

Outra possível explicação para as conclusões contraditórias sobre o populismo é que a sua teoria imprecisa ainda persegue a análise. A diferença está nas diferentes interpretações de populismo. Como muitos autores têm enfatizado, o populismo é um conceito extremamente elástico e tem sido usado muito levemente para descrever uma diversidade de fenômenos políticos. O populismo não é uma categoria parcimoniosa, mas, em vez disso, um conceito cheio de definições inconsistentes. A contínua recapitulação dos ingredientes do populismo, mesmo em escritos recentes, indica que ainda não há disponível uma definição amplamente aceita.

Mesmo quando o populismo era uma obsessão acadêmica e política, entre os anos 1950 e 1970, não havia uma definição única aceita. Muito do debate focou no fato de que o populismo englobava, na verdade, movimentos que, apesar de semelhanças superficiais, eram amplamente heterogêneos. Os populismos realmente existentes foram mais diversos do que os tipos ideais disponíveis.

Considere o “populismo do Terceiro Mundo”, um exemplo da intenção de distingui-lo entre os diferentes tipos de populismo. Refere-se a movimentos em países em desenvolvimento que, embora compartilhando elementos com o populismo rural, como o populismo dos EUA nos anos 1890 e o narodismo¹ russo, exibiram características únicas. O conceito era inclusivo demais, contudo, para capturar diferenças substanciais. A existência de líderes carismáticos e de retórica imperialista no mundo em desenvolvimento nos anos pós-guerra sugeriu similaridades, mas obscureceu

¹ O “narodismo” se refere a uma forma de populismo nacional favorecendo práticas democráticas extremas na Rússia antes da Revolução de 1917.

diferenças importantes. Nem o modelo do populismo “latino-americano” esteve livre desse problema. As experiências populistas na região foram certamente comparáveis, mas não houve distinções nítidas entre requisitos obrigatórios e opcionais. As definições frequentemente citadas inevitavelmente ficam aquém de um relato abrangente dos diferentes casos.

Casos populistas específicos inequivocamente coloriram os escritos mais influentes sobre populismo. O problema do nominalismo e do indutivismo perseguiram os estudos do populismo. Por exemplo, os dois mandatos presidenciais de Juan Perón, entre 1945 e 1955, na Argentina, são largamente considerados um típico exemplo populista. Muito tempo antes de espectadores do teatro e Hollywood se apaixonarem por Eva Perón e seu tempo, o governo Perón se tornou o caso emblemático de populismo – principalmente, sem dúvidas, porque algumas das análises mais influentes do populismo latino-americano foram baseadas nesse caso. A experiência peronista se agiganta nos escritos de autores argentinos como Gino Germani, Torcuato di Tella, Guillermo O’Donnell e Ernesto Laclau, cujos trabalhos são clássicos no estudo do populismo latino-americano. Esses acadêmicos definiram amplamente as fronteiras do populismo. Outros casos foram parentes em espírito, mas se desviaram do tipo ideal baseado em Perón. Houve estudos sobre as experiências de Lazaro Cardenas no México ou Victor Raul Haya de La Torre no Peru, por exemplo, que se tornaram igualmente influentes, em que o modelo recebido de populismo teria exibido ou realçado atributos que não estavam presentes no peronismo.

Não obstante os esforços contínuos para definir de uma vez por todas seus elementos constitutivos, o populismo continua a ser um teste de Rorschach de preocupações intelectuais diferentes. Nossos cegantes teóricos e questões acadêmicas nos dizem o que vemos no populismo. Por essa razão, uma série de analistas identificou aspectos diferentes como essenciais para o populismo latino-americano (ver Viguera, 1993). Não foi à toa, então, que alguns acadêmicos, frustrados com a sua plasticidade analítica e teoria escorregadia, pediram a moratória de sua utilização ou, mais drasticamente, por seu fim por completo (ver Roxborough, 1984).

O Debate sobre Neopopulismo/Pós-populismo

Apesar de sua ambiguidade e contradições, o populismo provou ser um conceito resiliente. Para o bem ou para o mal, parecemos ser incapazes de entender a política latino-americana do passado e do presente sem a noção do populismo.

Uma das principais questões nos debates recentes sobre as democracias latino-americanas é se o populismo é compatível com as políticas de mercado. Como podemos entender o fato de que líderes políticos, com estilos “personalistas” e amplo suporte social, implementaram políticas de livre mercado? Na evolução histórica da região, o populismo defendeu políticas econômicas que estiveram em oposição à política de mercado. “Economias populistas” tradicionalmente se referem à substituição industrial, protecionismo e propriedade estatal. Na linguagem de seus críticos, o populismo se tornou uma palavra código para “políticas fiscais irresponsáveis”. Posteriormente, no entanto, o chamado neopopulismo foi responsável pela derrubada de boa parte do aparato do estado de bem-estar que o populismo clássico originalmente estruturou, a grosso modo, entre os anos 1930 e 1950, e pela implementação de políticas de livre mercado. Considerem o caso do governo Carlos Menem, na Argentina. Causou uma reviravolta na economia peronista tradicional ao realizar vastas reformas de mercado durante os anos 1990. Depois de fazer campanha em uma plataforma econômica populista, tomou um rumo diametricamente diferente logo após assumir o cargo, privatizando grandes companhias estatais e promovendo restrições fiscais e políticas monetárias.

Apesar de Menem, os governos de Carlos Salinas de Gortari, no México, e de Alberto Fujimori, no Peru, nos anos 1990, também geraram diferentes leituras sobre os prospectos populistas. Aqueles que identificam o populismo com certas políticas econômicas (em vez de com um certo estilo político), afirmam categoricamente que o populismo morreu (ver Adelman, 1994; Dornbusch & Edwards, 1992; Vilas, 1992-1993). Para eles, abrir mercados, cortar os gastos estatais e aplicar terapia de choque às economias inflacionárias não são o que os bons populistas fazem. Nenhum verdadeiro populista se curva às exigências de organizações financeiras internacionais, cortes de negócios altamente concentrados, corte de subsídios para indústrias e aprovação de legislação que empodere os empregados sobre os sindicatos. De acordo com essa visão, a adoção do Consenso de Washington e o abandono dos programas keynesianos são claros indicadores de que o populismo foi arquivado.

Aqueles que distinguem entre as políticas populistas como um estilo populista e como economia populista oferecem uma conclusão diferente (ver Knight, 1998). Eles acreditam que réquiens e funerais para o populismo são prematuros. A seu ver, os governos de Menem, Salinas de Gortari e Fujimori evidentemente mostraram que não há incompatibilidade entre populismo e políticas de mercado (Gibson, 1997; Hay, 1996, Palermo, 1997; Weyland, 1996). Sim, esses governantes partiram radicalmente da economia populista clássica, mas eles não abandonaram as velhas práticas populistas. Ademais, as políticas populistas são aparentemente necessárias para reverter o estado e para as políticas de abertura do mercado. O cientista político Kenneth Roberts escreveu: “Esse paradoxo pode ser mais aparente do que real, no entanto, uma vez que repousa sobre uma suposição generalizada de que o neoliberalismo e o populismo são antinomias, que representam, fundamentalmente, projetos econômicos divergentes” (Roberts, 1995, p. 82).

Mas, apenas se acreditarmos que houve uma necessidade funcional entre certas políticas e economias, a combinação de populismo e políticas de mercado parecerá paradoxal. Não há correspondência necessária entre um certo estilo político e políticas econômicas, contudo, a menos que pensemos que livres comerciantes são desqualificados para serem líderes populistas apenas porque eles abraçam as recomendações do Fundo Monetário Internacional. O problema está no fato de que a literatura frequentemente assumiu isso, à luz das experiências de meados do século XX, certas características políticas (por exemplo, liderança carismática e mobilização de massa) necessariamente coincidiram com certas políticas socioeconômicas (desenvolvimentismo autárquico e distribucionismo social). Apesar dos duplos esforços de alguns acadêmicos de desmembrar a política da economia no populismo e de remover o populismo de um certo período histórico, uma sabedoria convencional ainda manteve um modelo arquétipo no qual o populismo compreendia certas políticas e economias. Por isso alguns autores não encontram contradição ente populismo e economias de livre mercado, argumentando que o populismo adotou habilmente políticas neoliberais. Apenas se o populismo é algo mais do que sócio-economia essa conclusão é sustentável; do contrário, é invalidada por suas próprias premissas.

Para manter o populismo como uma categoria política em vez de colapsá-lo com economia, é útil considerar as dimensões multifacetadas de populismo. Se leve e livremente usada, contudo, essa abordagem acrescenta mais confusão a um conceito já confuso. O que são políticas populistas, em todo caso? Novamente, o problema é que a política populista continua a ser pobremente definida. Uma interpretação arbitrária e não explicada de política populista ressalta argumentos sobre a sobrevivência do populismo como um “estilo político”.

Outro déficit é que a sobrevivência do populismo como um estilo político não pode ser entendida sem um exame das políticas de mídia contemporâneas. Estudos recentes sobre o neopopulismo na América Latina, no entanto, geralmente ignoram essa questão e fazem apenas comentários superficiais sobre a mídia. O populismo é usualmente associado a uma forma específica de comunicação entre os líderes e as pessoas, à manipulação da mídia e à representação discursiva do povo e da nação. Apesar das referências contínuas às dimensões comunicativas do populismo, essas questões continuam em grande parte não examinadas. Estudos do neopopulismo mantêm a visão do populismo como um estilo político congelado na vida pública latino-americana de meados do século – uma visão que não considera as importantes transformações havidas nas décadas recentes. Muito mudou na estrutura da vida pública – nomeadamente, a mídia se tornou dominante como uma série de instituições e como uma arena para o exercício da política. Pouco pode ser entendido sobre o populismo como uma forma de organização política e liderança sem endereçar a centralidade da mídia na articulação e na representação da política nas democracias latino-americanas contemporâneas.

A política centrada na mídia, juntamente com a crise das formas tradicionais de representação e de participação política, indica que a vida pública no neopopulismo é radicalmente diferente do que era durante os populismos clássicos. O populismo clássico significou uma forma distinta de incorporação dos cidadãos à vida pública, de vinculação dos líderes com as massas, de tecer juntas política e cultura, de conceber a mídia na vida política. Em sociedades nas quais a publicidade se tornou crescentemente publicidade midiática, o populismo como um estilo político mudou. Essas mudanças precisam ser examinadas e integradas na análise do neopopulismo.

A Premissa Teórica Defeituosa de Populismo

O tipo ideal clássico do populismo latino-americano incluiu uma forma distinta de organização política. Caracterizou líderes “personalistas”, “carismáticos” e populares encabeçando organizações hierárquicas que penetraram profundamente a sociedade. A participação foi manejada de cima para baixo e não foi autônoma. A força organizacional do populismo está no controle de um vasto aparato de mobilização que incorporou indivíduos na vida política.

Uma das características salientes do modelo convencional, frequentemente mencionadas, foi que o populismo serviu como um mecanismo pelo qual incorporar politicamente indivíduos atomizados com tendências autoritárias. A partir de uma perspectiva que combinou sociedade de massa e teorias psicológicas, o populismo foi entendido como um caminho autoritário para a modernidade. Os primeiros trabalhos viam a política populista como um desvio da trajetória histórica da incorporação política da classe trabalhadora na Inglaterra e na França, e mais parecida com as experiências alemã e italiana. Representada na ascensão dos partidos socialistas/trabalhistas, a mobilização da classe trabalhadora foi autônoma em configurações democráticas, mas foi subordinada a projetos “de cima para baixo” e elitistas no modelo fascista (e no populista).

O que sustentou essa conceitualização foi a premissa central para as teorias de sociedade de massa que dominou o pensamento acadêmico nos anos 1960; a transição de sociedades tradicionais para modernas afrouxou os laços sociais e criou uma população “disponível” para a mobilização (Germani, 1981). Houve uma visão recorrente de massas atomizadas e anômicas em uma situação de mal-estar político resultante da desintegração pela força do industrialismo e da modernização econômica. Embora estudos tenham mostrado que esse modelo ofereceu uma visão ilusória e distorcida das experiências atuais, argumentando, como fez, que as classes trabalhadoras já haviam sido politicamente organizadas, essa descrição tem permanecido influente, mesmo nos escritos recentes (ver Coniff, 1999; Roberts, 1995). O populismo forneceu a liga política e ideológica que integrou as massas à vida política e social. A influência das teorias da sociedade de massa também foi perceptível no argumento de que o populismo foi uma forma de mobilização paternalista que se

conectou com “o autoritarismo psicológico prevalecente em meio a amplos estratos da população” (Di Tella, 1997, p. 192). Não obstante a sua semelhança óbvia, não estava claro que tal argumento seguia diretamente os escritos de Theodore Adorno sobre a “personalidade autoritária” nas sociedades de massa ou a junção, feita por Wilhem Reich, das análises freudiana e marxista (uma tentativa de dar conta do apelo do nazismo). Nem os estudos do populismo latino-americano nunca analisaram, e menos ainda provaram, que a conexão entre uma certa psicologia/cultura política e o regime político existiram, na verdade, ou que conduziram ao populismo. Teorias de sociedade de massa, que sustentam os estudos do populismo, tiveram duas suposições centrais: a irracionalidade da psicologia de massa e a viabilidade da manipulação das massas por líderes demagógicos.

Essa visão também coube nos então influentes argumentos de modernização de que as sociedades latino-americanas não foram democráticas por causa da existência de uma cultura hispânica autoritária, que preveniu a adoção de atitudes modernas e democráticas. O populismo foi a prova de que as raízes autoritárias, remontando à conquista ibérica, continuavam dominantes. O terreno já havia sido preparado para formas antidemocráticas de dominação política. Essas características foram responsáveis pela atração maciça da política populista: as massas eram impróprias para a democracia porque eram psicologicamente e culturalmente autoritárias, propensas a seguir os ditames de líderes paternalistas.²

O casamento da sociedade de massa com as perspectivas psicoanalíticas também foi visível na conceitualização do papel da mídia nos regimes populistas. Embora se tenha assumido que a mídia teve importância crucial para o populismo como um estilo político, os estudos prestaram uma atenção apenas superficial ao lugar da mídia no populismo. Jornais, rádio e filmes foram primeiramente vistos como contribuintes das políticas populistas. Novamente, a perspectiva carrega, implicitamente, premissas da teoria da sociedade de massa como informaram os estudos de mídia. A mídia funcionou como agência de propaganda na promoção das políticas de governo e no silenciamento dos oponentes. Os regimes populistas controlara a mídia

² Foram muitos os problemas dessa posição. Nunca explicou porque alguns populismos latino-americanos foram “democráticos” e outros “autoritários”, ou por quê a democracia sem populismo emergiu no Chile e no Uruguai, onde, presumivelmente, a maquiagem psicológica e cultural das populações não era visível, diferente daquelas dos países vizinhos. Ver Dix (1985).

estatal e exerceram marcada influência na mídia privada. Juntamente com uma ampla rede de organizações (variando de escolas a escritórios de bairro), eles utilizaram a mídia para propagar ideologia política, louvar as virtudes de seus líderes, reforçar as ligações entre os líderes e as massas e rebaixar as críticas. O populismo justificou o controle midiático com base no argumento de que ele servia aos interesses populares. Os detratores do populismo, em vez disso, encontraram em seu controle e na censura da mídia um dos melhores exemplos de suas tendências antidemocráticas. Análises também sugeriram que a mídia funcionou como instrumento de mobilização política e integração de pessoas deslocadas e atomizadas. Como um meio poderoso de persuasão, a mídia coube na intenção do populismo de manipular as massas, as quais, sem nenhuma capacidade de pensar de forma autônoma e de agir racionalmente, sucumbiriam à astúcia e ao charme dos oradores hábeis.

O populismo também foi referido a uma visão maniqueísta na qual o mundo político foi dividido entre as elites e o povo. Melhor representada nesses líderes, a unidade de todos os interesses populares se opunham às elites política e econômica. Porque os partidos políticos expressaram divisões típicas de sistemas democráticos, o populismo foi definido como um “movimento” que abraçou todos aqueles que pertenciam ao “povo”. Ao contrário dos partidos, os movimentos conotaram uma relação não mediada e fortes conexões entre cidadãos e líderes.

Usar neopopulismo para denominar um certo estilo político nas democracias contemporâneas, traz os aspectos acima citados do populismo tradicional (estrutura organizacional, manipulação da mídia e ideologia) para as análises. Um dos problemas é que esses atributos imputados refletem as suposições de abordagens teóricas específicas que são altamente influentes no estudo do populismo. Mantendo e aplicando tal tipo ideal de populismo levanta a perspectiva de trazer uma bagagem teórica particular para a análise.

Porque premissas fundamentais da teoria da sociedade de massa (particularmente como informam os estudos de mídia) têm sido desafiadas, o conceito de populismo é construído sobre premissas questionáveis para estudar as relações entre mídia e organizações políticas, mídia e liderança e mídia e ideologia. Visões da irracionalidade da massa, audiências passivas e ingênuas e dos efeitos da mídia como uma agulha hipodérmica que reinaram supremas nos estudos de opinião pública e de

mídia nos anos 1950 e 1960, profundamente influentes no entendimento do populismo latino-americano. Essas premissas não foram revistas, apesar das críticas persuasivas de tais problemas conceituais nas teorias da mídia. Mesmo estudos recentes continuam a associar o populismo com o uso da mídia de cima para baixo para perpetuar a liderança carismática e a ideologia nacionalista em meio às massas irracionais e manipuladas (ver Di Tella, 1997; Roberts, 1995). Se as premissas são duvidosas, o quão sadio é considerar o populismo como um “estilo político” para entender o neopopulismo?

Mídia, autoritarismo e personalismo

O neopopulismo latino-americano carece de muitos ingredientes midiáticos e culturais que definiram o populismo clássico. O neopopulismo partilha algumas características com, mas não é apenas uma versão atualizada da política populista. O problema não é que eles possam se sobrepor sem ser idênticos, mas, sim, que não está claro em que bases as diferenças entre as suas características não signifiquem que haja necessariamente uma continuidade. Alguns elementos da política populista clássica estão incluídos e outros foram deixados de fora, mas nenhuma análise racional é oferecida para justificar essa seleção.

De acordo com estudos recentes, o populismo e o neopopulismo compartilham dois elementos: autoritarismo e personalismo. Assim como o populismo clássico, o neopopulismo se afasta de mecanismos democráticos (de La Torre, 1992). Ignora os canais de negociação e invoca métodos autocráticos. Prefere graus executivos como meios de promover e realizar políticas do que o processo lento do compromisso inerente às políticas democráticas. Mas, por que chamar isso de populismo? O desprezo pelas práticas democráticas e a intolerância da diferença não parecem ser exclusivos do populismo. Diversos regimes políticos e muitos governantes e chefes de estado também optaram por métodos autocráticos para se empurrar políticas goela abaixo dos cidadãos em vez de jogar as regras democráticas.

Há muitos problemas em chamar essas práticas de populistas. Fazer isso não resolve antigas ambiguidades do conceito de populismo; ao contrário, aprofunda a imprecisão existente. Por que não chamá-las de “autoritárias” ou “cesaristas”? Os termos “autocrático” e “autoritário” imediatamente convocam o fantasma das ditaduras

militares, as quais – por exemplo, no contexto argentino – podem ser inapropriadas para denominar mesmo a inclinação do governo Menem por evitar a política de negociação e compromisso para implementar grandes decisões.

O problema não é apenas uma confusão conceitual, mas também uma inadequação empírica. Usar o populismo como um nome para a concentração de poder no Executivo e para a tomada não democrática de decisões traz o risco de perder importantes dimensões do chamado neopopulismo. Uma das mais notáveis diferenças entre o populismo clássico e o neopopulismo é a relação entre governo e mídia. Como podemos delimitar argumentos sobre o autoritarismo neopopulista frente ao fato de que, como os presidentes neopopulistas se vangloriam (e os jornalistas e analistas concordam esmagadoramente), a imprensa nunca foi “mais livre”? Mesmo os sinais mais modestos da autonomia da imprensa no neopopulismo contemporâneo atestam importantes diferenças com relação às dificuldades que a imprensa experimentou sob o populismo clássico. O Peru de Fujimori, com o seu recorde de assédio e perseguição a jornalistas dissidentes, pode parecer a exceção e sugere um retorno ao velho autoritarismo. Mas, contra as expectativas oficiais, os ousados relatórios de alguns meios de comunicação sugerem que o governo não desfrutou, como esperado, de uma mídia completamente aquiescente durante os seus 10 anos no poder.

Não obstante os esforços oficiais para abafar a cobertura crítica subornando jornalistas, retirando a publicidade e decretando medidas legais draconianas, a mídia não foi a instituição “cachorrinho” que caracterizou o populismo clássico. Nos exemplos frequentemente mencionados de neopopulismo (Argentina, México e Peru), algumas organizações midiáticas denunciaram transgressões e confrontaram o governo em uma série de questões. Contra o contexto histórico de uma imprensa pró-governo, vários meios de comunicação mexicanos revelaram vários casos de abusos contra os direitos humanos e de corrupção. Organizações midiáticas argentinas e peruanas regularmente revelaram infrações oficiais nos governos Menem e Fujimori, mesmo após as ameaças dos governos e a decisão de aprovar legislação para sufocar reportagens críticas. De fato, essas organizações denunciaram as tendências autoritárias do neopopulismo (ver Hallin, 2000; Waisbord, 2000). Em suma, a existência do jornalismo cão-de-guarda, a despeito de muitas imperfeições e limitações, sugere que considerar o populismo como equivalente ao autoritarismo e à concentração de poder leva a uma

visão distorcida do populismo e das políticas contemporâneas de mídia. Mais do que isso, ao contrário dos populismos clássicos, os neopopulismos não possuem um arsenal midiático com o qual manufacturar a opinião pública. A privatização da mídia e a explosão dos meios de comunicação moldaram um ambiente diferente daquele que os líderes populistas tiveram a sua disposição em meados do século XX. Quando aplicadas ao neopopulismo contemporâneo, noções sobre o controle autocrático e a manipulação da mídia são equívocos. Os líderes neopopulistas cortejaram a mídia privada para cultivar uma cobertura favorável e oscilaram promessas econômicas em troca de uma virada positiva. Tais ações se assemelham à típica gestão de notícias encontrada em outras democracias; elas não são exclusivas do neopopulismo. Novamente, com exceção do violento Peru no governo Fujimori, métodos sem limites, que os populistas autoritários do passado favoreceram ao negociar com a mídia, perderam a circulação. Tampouco parece sensato atrelar o personalismo do neopopulismo ao populismo. O personalismo não se limitou ao populismo; foi uma característica da política latino-americana, com uma longa tradição de caudilhos civis e homens fortes militares. Além disso, o presidencialismo e a crise da representação política também favoreceram o personalismo. Nesse contexto, o papel central das políticas de mídia nas democracias contemporâneas promove mais o papel de lideranças personalistas. O personalismo cabe na “lógica midiática” que prioriza e foca nos indivíduos. Isso é uma característica distintiva que resulta das características e dos princípios que regulam a mídia contemporânea. O amor da televisão por personalidades e a obsessão do jornalismo por indivíduos foi extensivamente documentada. Ambas as mídias preferem cobrir indivíduos a instituições. Para a mídia, líderes atraentes, telegênicos, com dons para boas imagens e citações são irresistíveis. A “afinidade eletiva” entre a mídia dirigida pela personalidade e o personalismo não é exclusiva do neopopulismo; é um marco histórico da política da região que a política da mídia aguçou.

Mídia e organização política no neopopulismo

Há três ingredientes políticos dos populismos clássicos que, de acordo com estudos recentes, faltam aos neopopulismos: mobilizar organizações políticas, líderes carismáticos, e ideologia e discurso nacionalista.

Ao contrário do populismo, o neopopulismo carece de uma rede extensiva para mobilizar e organizar “o povo”. O neopopulismo apresenta uma política de patrocínio que foi posta em prática pelos governos neoliberais para cultivar e manter o apoio entre os pobres no setor informal. Mas, por que chamar de “populistas” e realizados de cima para baixo programas sociais criados para aliviar os custos de implementação das reformas do estado? Isso não é clientelismo antiquado? E esses programas são diferentes das práticas clientelistas tradicionais – um ponto que não foi examinado – não é óbvio que deveriam ser chamados de populistas. O clientelismo na América Latina não se limitou ao populismo, mas foi um componente distintivo do maquinário organizacional dos partidos conservadores e de esquerda que não compartilharam outros elementos com o populismo.

Em todo o caso, tais práticas tiveram lugar em um ambiente político muito diferente. A apatia generalizada, o mal-estar político, a descrença nas instituições políticas e o distanciamento partidário caracterizam as democracias latino-americanas contemporâneas. Críticos têm indicado repetidamente que as democracias contemporâneas neoliberais se caracterizam (e requerem) cidadãos desmobilizados, desinteressados nos assuntos públicos e imersos em atividades privadas. Individualismo e “privatismo”, e não solidariedade e comunidade, são pilares do neopopulismo. Apenas em momentos excepcionais a política gera entusiasmo popular e mobilização. Isso não é estimulado pelos governos neopopulistas, mas, em vez disso, são estratégias de resistência popular para políticas neoliberais. A política regularmente toma lugar dentro e casa em câmaras oficiais e na mídia em vez de, como na idade dourada do populismo, em espaços públicos, como ruas e praças.

A transição do espaço público para o privado, como arena política dominante, indica uma dupla transformação – a redução do interesse público na política (particularmente na política partidária) e mudanças na organização política. A organização massiva que caracterizou o populismo clássico não está perdida nas democracias contemporâneas. Nem os partidos políticos parecem interessados em desenvolver redes para atingir públicos apáticos e possivelmente gerar interesse entre ele. Mesmo campanhas em eleições, que, historicamente demandam proezas organizacionais para chamar os fiéis e obter o voto, marcadamente mudaram. Elas são atividades capitais, em vez de atividades de trabalho intensivo. Oportunidades

frequentes fotográficas juntamente com publicidade intensa são estratégias centrais de campanha. Partidos e outras organizações são estrategicamente subordinados às aparições na mídia (Waisbord, 1996).

Esses são sinais que falam de uma vida pública substancialmente diferente do tipo de esfera pública que caracterizou e engendrou o populismo de meados do século XX. A mídia, em vez de associações políticas tradicionais, constituiu a coluna vertebral organizacional do neopopulismo. A vida pública dificilmente pode ser caracterizada como politicamente exuberante, particularmente em comparação com tempos passados de intensa mobilização, alta adesão partidária e fortes identidades partidárias. Os cidadãos estão relutantes a se engajarem na política, e estão profundamente céticos sobre participação e instituições. É ainda legítimo preservar a ideia do populismo na vida pública se, tanto em termos de envolvimento, quanto de organização do cidadão, ela mudou significativamente? Apenas parece justificada se assumirmos que a grande participação e as organizações bem-desenvolvidas foram periféricas para o populismo clássico, preservando a ideia de populismo como um estilo político no neopopulismo. Mas, isso não é convincente, considerando-se que as organizações fortes e que a musculatura de organização dos partidos, sindicatos e outras associações foram identificadas como essenciais para a política populista.

O Que Aconteceu com a Liderança Carismática?

Diferentemente do populismo, o neopopulismo parece carecer de liderança carismática. Em seu estudo sobre o Peru durante o governo Fujimori, Roberts afirma que a liderança carismática, outro elemento distintivo dos movimentos populistas clássicos, é opcional no neopopulismo (Roberts, 1995). Apesar de parecer um estiramento da imaginação conceber o populismo sem os líderes carismáticos, Roberts pode estar certo em notar que o carisma falta ao neopopulismo. Mas, novamente, não é claro porque o carisma foi deixado de fora, além do fato de que Alberto Fujimori não parecia caber no perfil de líder carismático. Aqui o problema do indutivismo aparece novamente. A liderança carismática pode ter sido ausente no neopopulismo contemporâneo peruano (e, sem dúvida, no México), mas não em todos os lugares.

Carlos Menem, indiscutivelmente, se encaixa o projeto de líder carismático, não nos moldes de um populista quintessencial, mas de um apropriado para os tempos de política mediada e de publicidade fabricada. Menem não foi um orador impressionante que reunisse multidões e desenvolvesse laços de longa duração com amplas maiorias. Preocupado com a repercussão prejudicial de erros verbais repetidos, seus conselheiros frequentemente recomendaram que ele se afastasse de conferências de imprensa e entrevistas, e fosse à público por meio de outras estratégias. De toda forma, Menem se destacou no contato um-a-um com os cidadãos. Tanto os apoiantes quanto os adversários identificaram o seu charme, magnetismo e o seu entusiasmo por se misturar com as pessoas ordinárias como suas qualidades de liderança mais fortes, qualidades que o fizeram adequado para a política centrada na televisão. Apesar e a mídia frequentemente mostrá-lo socializando com elites tradicionais e perseguindo sua paixão por esportes da classe alta (golfe, corridas de lancha), Menem projetou a imagem de homem comum. Suas frequentes aparições ao lado de celebridades nacionais e internacionais do showbusiness e de esportes expressaram o seu desejo (compartilhado pela população) de estar próximo dos ricos e famosos. O contínuo uso de metáforas futebolísticas e sua decisão relatada de interromper ou adiar reuniões oficiais para participar ou assistir jogos de futebol falaram sobre a proximidade cultural com o cidadão médio. Sua aparição em shows de variedades, onde ele cotava piadas sobre ser um homem atencioso com as mulheres e dançava tango e outras danças folclóricas atraíam grandes audiências. Ainda assim, mesmo no caso de Menem, o carisma político não parece ser o que costuma ser. Não há mais uma multidão de cidadãos marchando regularmente pelas ruas, prometendo sacrificar as suas vidas pelo seu líder. Menos pais parecem inclinados a dar aos seus filhos nomes de líderes populistas, como quando Juan Domingo, Eva, Victor Raul e outros nomes de “pais” (e algumas “mães”) do povo e da pátria chegaram ao topo das listas de nomes de bebês. Retratos dos presidentes neopopulistas parecem menos ubíquos agora; uma vez que ícones dos líderes populistas clássicos decoravam todo espaço possível privado ou público, por decreto oficial, mas também milhões tinham um apego genuíno e duradouro com eles. Há uma forte pressão para que se encontrem sintomas similares de lações emocionais fortes e duradouros entre líderes e cidadãos no neopopulismo contemporâneo. Os laços se tornaram, sem

dúvida, mais fracos, não expressando um comprometimento de vida com os líderes, mas uma abordagem mais pragmática e de curto prazo.

Os presidentes neopopulistas são carismáticos enquanto entregam produtos. Esse tipo de relação se assemelha à típica relação votante/candidato mais do que o faz os fortes laços de obediência e devoção fiel, teorizados por Max Weber nos seus escritos clássicos sobre a liderança carismática. Os políticos contemporâneos parecem ter mais dificuldade de ocupar o lugar de líder carismático, que, conforme Weber descreveu, “ganha e mantém autoridade exclusivamente por provar a sua força na vida... Sua missão divina deve ‘provar’ si própria, na medida em que aqueles que se renderem a ele devem se sair bem. Se eles não forem bem, ele não é, obviamente, o mestre enviado pelos deuses” (Gerth & Mills, 1958, p. 249).

Em meados da década de 1980, Alan García parecia herdar o manto de líder carismático de Victor Raul de La Haya, o líder populista quintessencial do Peru e fundador da populista Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA). No início de sua administração, quando a sua popularidade estava voando alto, García foi saudado como um político jovem, dinâmico e atraente. Mas quando o seu governo ficou engolfado em uma crise política e econômica sem precedentes, as suas supostas qualidades carismáticas evaporaram. Com a hiperinflação devastando a economia peruana e os ataques do Sendero Luminoso à Lima, García, rapidamente, perdeu o brilho. Após cumprir seu mandato em 1990, reportagens da imprensa revelaram que ele esteve envolvido em vários casos de transgressão. Com alguma ajuda do governo Fujimori, interessado em retratar a sua administração como a raiz de todo mal, García se tornou um símbolo da corrupção. Se os resultados eleitorais são indicadores das ligações entre líderes e cidadãos, a performance eleitoral sombria da APRA, durante os anos 1990, dificilmente sugere que a atribuição do carisma de García gerou laços fortes e duradouros. Contudo, após o governo de Fujimori cair, inesperadamente, em meio a acusações de corrupção generalizada, a forte segunda posição de García na eleição presidencial de 2001 pode sugerir que esse carisma pode continuar a gerar entusiasmo entre alguns setores da população.

Fernando Collor de Mello foi outro presidente descrito inicialmente como carismático, mas que também perdeu rapidamente seu aparente carisma. Antes um governador pouco conhecido de um pequeno e empobrecido estado no nordeste

brasileiro, removido do aquário da mídia, Collor repentinamente uma estrela política carismática. Antes de ser eleito, a mídia nacional o coroou como a melhor esperança para resolver os problemas econômicos persistentes do país e para derrotar a coalizão de centro-esquerda nas eleições de 1989. Dificilmente um nome familiar entre as elites políticas e econômicas, Collor se tornou nacionalmente conhecido após a poderosa Rede Globo começar a cobrir a sua campanha – e então nasceu a ideia do Collor carismático. Retratado como jovem, dinâmico e um político atraente, Collor dominou a cena midiática no primeiro ano de seu governo. Fotos o mostraram regularmente praticando esportes, vestindo camisas com mensagens e se misturando com atletas populares. Em 1992, contudo, o carisma que lhe foi atribuído foi bastante prejudicado após a imprensa ter revelado a existência de um esquema de tráfico de influência durante a sua campanha eleitoral. Demonstrações massivas demandando a sua renúncia soaram mais alto do que os comícios pouco frequentados a seu favor. Em menos de seis meses, de um líder carismático, Collor se tornou o resumo de fraude e corrupção.

Quando o carisma dura tanto quanto uma economia que funciona bem, não é exatamente o que deveria ser. O conceito de “Carisma” é, agora, usado vagamente para políticos que parecem atraentes na televisão com um dom de cortejar o apoio popular, de estar próximo ao povo e para um entusiasmo por apertar mãos. Mas esses são líderes quase proféticos, os quais se acredita serem únicos, revolucionários, gênios carismáticos, como entendidos no senso weberiano.

Discurso Populista no Neopopulismo

De todos os ingredientes no mix conceitual populista, o discurso é aquele que, imediatamente, os políticos e política como populista. Se eles falam como populistas, então, eles devem *ser* populistas. A alcunha “populista” é, inevitavelmente, um tapa nos candidatos que soam “populistas”, independentemente da plataforma política e social ou do estilo de liderança.

De acordo com a visão influente de Ernesto Laclau, o populismo é uma interpelação popular-democrática contra a ideologia dominante (Laclau, 1980). O populismo é a articulação discursiva de uma visão sintética e antagonista do povo contra os poderes estabelecidos. Ele apresenta o povo como essencialmente diferente e oposto

ao bloco que governa. A abordagem de Laclau nos permite levantar o populismo para fora da camisa-de-força da economia política que, tradicionalmente, estabelece as fronteiras analíticas. O populismo não é sobre um certo *yin* político que se encaixa em um certo *yang* econômico, mas um discurso para representar e conceber a política. A partir de uma interpretação discursiva, então, o populismo não é limitado a uma época particular, à aplicação de um programa econômico específico ou a um estilo de liderança política.

O discurso populista se refere a vários elementos que estavam presentes no populismo clássico. Um desses elementos foi um apelo retórico à unidade do povo frente aos poderes dominantes. O povo é ambigualmente representado por todos cujos interesses estão em oposição àqueles que estão contra o povo. O poder é representado variadamente pela oligarquia, pelos interesses estrangeiros, pelos imperialistas e seus companheiros domésticos ou qualquer outro grupo destacado por ser contra o povo.

A divisão entre amigos e inimigos é central à concepção de política do populismo. O que caracteriza o povo é a unidade em torno de objetivos amplamente definidos. O discurso populista, então, engloba o suspeito da democracia, porque incorpora e institucionaliza divisões. Os partidos políticos, o congresso e outras instituições democráticas são considerados antitéticos aos interesses populares e à verdadeira democracia porque privilegiam a divisão sobre a unidade. De acordo com o populismo, tais instituições beneficiam poderes antipopulares, os quais retrata como aproveitadores astutos das divisões entre o povo. Porque o líder/movimento representa os interesses populares sem mediação, a oposição ao líder e ao movimento necessariamente representa um ataque ao povo.

O discurso populista também romantiza a justiça inerente do povo. De acordo com a visão populista, o povo sabe melhor. O populismo toma uma visão acrítica e celebratória da política, das tradições, da linguagem e da sabedoria populares. No mundo bipolar do populismo, o conhecimento popular fica contra o mundo das elites e dos intelectuais, emoções contra cérebros, cultura popular contra alta cultura, coloquialismo popular contra alta língua. O mundo das pessoas comuns, da classe trabalhadora, do povo indígena e de outros grupos marginalizados pelos interesses poderosos permanece puros em oposição à artificialidade da cultura elitista.

Essas suposições sublinham um discurso nacionalista, outra das características das ações do populismo. O povo e a nação são representados como um. Indivíduos ou grupos que se opõe ao popular necessariamente representarão interesses antinacionais, porque eles separam em vez de unificar o povo, os portadores do verdadeiro espírito nacional. Qualquer um que critique os líderes, a personificação do povo/comunidade/nação, é, por definição, antipatriótica.

Por causa do apelo do populismo ao nacionalismo e a sua metamorfose discursiva em “nação”, observadores o têm visto, usualmente, como autoritarismo de direita. O suporte que vários movimentos populistas na América Latina receberam de grupos conservadores e nacionalista foi uma prova da linhagem direitista do populismo. Ao passo que os partidos de direita defenderam o nacionalismo, os partidos socialistas e comunistas expressaram uma consciência cosmopolita que foram além de divisões nacionais. Os populistas rejeitaram tais posições, argumentando que, como uma aliança multiclasse, eles cruzavam entendimentos espaciais de ideologias que tivessem sido elaborados em contextos políticos diferentes.³ A presença de uma visão nacionalista, indígena e anti-imperialista do socialismo em muitos países da América Latina – a mais famosamente conhecida articulada por José Carlos Mariategui e incorporada nas fundações da APRA, no Peru – sugere a dificuldade de fixar para baixo o populismo às ideologias tradicionais. A mistura ideológica do populismo evidentemente sugere que a “questão nacional” adota características diferentes em sociedades periféricas e pós-coloniais.

A Fala Populista

Se esses são os elementos do discurso populista, a questão é se os neopopulistas falam como os antigos populistas. Nem todos os elementos do discurso populista clássico estão presentes no neopopulismo. O que é tipicamente encontrado é uma contrariedade ao *establishment*, um discurso antipolítico. O candidato Collor de Mello prometeu combater os marajás, políticos que viviam da “generosidade” do governo. Os candidatos Menem e Fujimori usaram uma retórica similar durante suas primeiras campanhas eleitorais em 1989 e em 1990, respectivamente. Eles se

³ Para estudos recentes dos componentes multiclases do populismo, ver Gibson (1997) e Oxhorn (1998).

apresentaram como *outsiders* que limpariam as coisas; eles se opuseram aos poderes entrincheirados. Menem, o governador de três mandatos de um pequeno estado do nordeste, concorreu contra a estrutura do partido peronista nas eleições primárias. Fujimori, um professor de engenharia sem histórico político, não concorreu sob a etiqueta dos partidos peruanos tradicionais, mas juntou o suporte de várias pequenas organizações que o conduziram à presidência. Os dois candidatos fizeram as campanhas sobre promessas populistas e adotaram políticas neoliberais pouco depois de serem eleitos. Após baixarem a hiperinflação e liderarem o crescimento econômico durante os seus primeiros mandatos (Fujimori também reivindica o crédito por suprimir movimentos insurrecionais), eles concorreram à reeleição em 1995 com um discurso que privilegiou a continuidade sobre a antipolítica.

A Venezuela de Hugo Chávez talvez represente um regresso ao antigo populismo. Ex-coronel, que liderou um golpe fracassado em 1992, foi eleito presidente em 1998, derrotando os dois partidos tradicionais. Trovejando contra as elites econômicas e políticas estabelecidas, Chávez as acusou de serem responsáveis pelas desgraças populares. Seu discurso de campanha foi coberto por produtos da “antipolítica”. Ele retratou os poderes dominantes como um acomodado grupo de políticos corruptos; e prometeu sacudir os “peixes grandes”. Depois de ser empossado, Chávez não apenas falou, mas caminhou como um “bom e velho populista”, arremessando para o time nacional de baseball e apresentando um programa semanal de rádio no qual as preocupações populares foram ao ar. Se Chávez se tornou uma nova forma de neopopulista ou se ele é ainda um populista *bait-and-switch* (aquele que usa um discurso de campanha populista, mas desloca as engrenagens econômicas quando no cargo, como Menem e Fujimori) ainda será visto.⁴

O uso de uma linguagem antipolítica por políticos autodefinidos *outsiders* nas democracias latino-americanas de alguma forma se assemelha ao apelo discursivo encontrado nos populistas em outros lugares. O que os separa dos neopopulistas norte-americanos e europeus, contudo, é a ausência de visões e causas próprias, que são centrais aos movimentos de direita contemporâneos. Nem a xenofobia, nem a imigração dominam o discurso neopopulista na região. Tampouco o fundamentalismo religioso ou o separatismo étnico são um grito de guerra do neopopulismo latino-americano.

⁴ A expressão “bait-and-switch” pertence a Paul Drake. Ver o seu “Comment”, em Dornbusch e Edwards (1991).

A ausência de características discursivas da direita não deveria ser uma surpresa. Nas primeiras décadas dos anos 1990, a emergência de movimentos nacionalistas expressou a inquietação sobre o massivo afluxo de imigrantes da Europa Oriental e profundas tendências antissemitas em muitos países. Seduzido pelo discurso nacionalista do populismo e simpático ao fascismo, forças nativistas e nacionalistas aderiram a movimentos populistas na Argentina e no Brasil, nos anos 1940. Na América Latina, o racismo não desapareceu; ele recorrentemente vem à tona em uma enorme quantidade de ataques antissemitas, discriminação, maus-tratos e exploração das minorias indígenas, brutalidade policial contra negros e mestiços e comentários xenófobos sobre antigos e novos imigrantes. No entanto, tais sentimentos não são proeminentes no neopopulismo nem, como forças políticas organizadas, tão influentes quanto foram em algumas experiências populistas clássicas.

A trajetória particular do nacionalismo na América Latina parcialmente conta para a ausência do nativismo no neopopulismo contemporâneo. A emergência de nações-Estados na região teve origem no colapso do império hispânico no início dos anos 1800. A América Latina contemporânea tem, há muito, em alguma medida, posto de lado a “questão nacional” e não está lutando contra velhos demônios nacionalistas. Tem sido uma região com um relativo alto grau de homogeneidade cultural comparada a outros continentes. A maioria de suas nações-Estados engloba uma ampla diversidade de grupos étnicos, línguas e religiões, formando forças nacionais híbridas únicas. Mas a língua hispânica (e o português no Brasil) e o catolicismo, os principais legados culturais da dominação ibérica, são poderosas forças culturais centrípetas.

A América Latina também não se inclinou ao nacionalismo separatista. As fronteiras políticas permaneceram, de alguma forma, intactas desde as guerras de independência nos anos 1820. Apenas algumas novas repúblicas emergiram como novos estados nos últimos 150 anos. Suas origens foram, sem dúvida, mais enraizadas em questões geopolíticas do que na mobilização de distinções culturais em conflito com outros grupos nacionais. Diferentemente da Europa Centra e Oriental, a região não está, atualmente, negociando com as consequências com a quebra do império soviético, que englobou nacionalidades, línguas, religiões e etnias diferentes. Os renascimentos nacionalistas, impulsos separatistas, limpezas étnicas e guerra não cruzam a América Latina.

A intensificação da migração regional também não levou à articulação de sentimentos nativistas nos neopopulismos latino-americanos. A globalização acelerou os fluxos migratórios através das nações-estados e o crescimento das comunidades nacionais fora das suas terras natais. Os sentimentos anti-imigrantes ocasionalmente vêm à tona contra o influxo de estrangeiros de países vizinhos, mas, não se transformaram em políticas avulsas organizadas separadas ou incluídas nos movimentos neopopulistas. Mesmo sob condições de alto desemprego, insegurança do trabalho e mal-estar político amplamente difundido, condições que, em outros contextos, serviriam como pano de fundo para a emergência do neopopulismo de direita, também não estabeleceram partidos, nem novos empresários políticos mobilizaram o racismo e a xenofobia. Análises das razões desse fenômeno excedem o escopo deste artigo, mas parte das respostas deve ser encontrada de que as democracias latino-americanas são presidencialistas, com sistemas eleitorais nos quais o vencedor ganha tudo. Esses arranjos são menos conducentes do que as democracias parlamentares à construção da política de coalizão, fato que os pequenos partidos populistas de direita têm usado a seu favor.

Todas as Políticas de Mídia São Políticas Populistas

O discurso populista, no entanto, não deveria ser entendido apenas como um conjunto de antipolíticas com “as pessoas em primeiro lugar” e referências nacionalistas nas plataformas de campanha e discursos de políticos. Não está limitado a invocações específicas ao povo e à nação. Em vez disso, precisa ser visto como englobando um clima político-cultural mais amplo que permeia a vida pública.

Quando os discursos populistas saturam a mídia, o populismo não está limitado a certas formas de representação retórica que representa o povo. Todas as sociedades de mídia comercial saturadas nutrem, glorificam e reforçam o discurso populista. A ideologia populista não existe incidentalmente nas palavras de oficiais públicos; ela impregna todos os cantos da vida pública que estão sob a potente viga da mídia. Com um apetite implacável para o que choca e reúne grandes audiências, a obsessão da televisão comercial é ser amada pelas pessoas. Por definição, ela se curva aos gostos populares e rejeita a cultura elitista por completo. Programando telenovelas ao longo do

dia, a televisão latino-americana continuamente celebra as sensibilidades, as línguas e as angústias populares. Com a sua dieta regular de *talk shows*, notícias de tabloide e espetáculos variados que caracterizam todo homem e toda mulher, a televisão é o meio populista último. Não surpreende que intérpretes populares e os anfitriões da televisão na Argentina, no Brasil, na Bolívia e no Peru foram considerados potenciais figuras políticas e alguns foram eleitos os anos 1990. Sua enorme popularidade entre as populações oprimidas e marginais e, em alguns casos, as imagens públicas de sensibilidade às demandas populares forneceram não apenas o reconhecimento de seu nome, mas também credenciais populistas. O apelo de massa dos jornais tabloide e a concomitante crise da imprensa de elite também são sinais da penetrabilidade da cultura popular. Intermináveis matérias sobre a difícil situação dos cidadãos médios, assim como ininterruptas histórias de esportes e sexo, indicam o triunfo da sensibilidade populista.

Quando a cultura popular reina suprema, toda a política se torna necessariamente populista, não importa o que o talento e a inclinação de políticos específicos com respeito ao cultivo de um discurso que celebra “o povo” contra a ordem estabelecida. Isso pode ser politicamente necessário (e mesmo sensato) para adotar políticas econômicas antipopulares. Não deve estar na natureza de um político apertar muitas mãos e a identidade com o povo em oportunidades de fotos. Mas seria um suicídio político para qualquer um com ambições políticas detestar a cultura popular e abertamente abraçar a alta cultura em seu lugar.

Isso é o que o discurso e a ideologia populistas, independentemente de políticas econômicas e sociais, tradicionalmente defendem e representam. Mas, enquanto o populismo clássico articulou uma comunidade popular/nacional imaginada ao integrar populações étnicas marginais que foram ignoradas, excluídas pelas elites políticas e econômicas, o neopopulismo contemporâneo está fixado na vida pública impregnada com a mídia populista. O elemento popular/nacional nas representações da mídia não existia mais nas margens, esquecido e dispensado pelas oligarquias e árbitros culturais; colonizou a mídia, tomou o palco central da vida pública. Transformou-se no ambiente cultural todo persuasivo aos quais todos os políticos precisam prestar homenagem. Isso é o que o populismo, como um estilo político de comunicação, significa no neopopulismo contemporâneo. Não deveria ser visto como um descendente direto da

política populista clássica, apesar de suas aparentes semelhanças, ou como um irmão próximo dos movimentos de direita europeus. É, em vez disso, um tipo de política que celebra uma política midiática dominada pela cultura tabloide, uma cultura que o populismo clássico promoveu e dominou.

Referências bibliográficas

Adelman, J. Post-populist Argentina. **New Left Review**, n. 203, p. 65-91, 1994.

Conniff, M. L. Introduction. In Conniff, M. L. (ed.). **Populism in Latin America**. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1999.

De la Torre, C. The ambiguous meanings of Latin American populisms. **Social Research**, n. 59, v. 2, p. 385-414, 1992.

Di Tella, T. S. Populism into the twenty-first century. **Government and opposition**, n. 32, v. 2, p. 192, 1997.

Dix, R. Populism: authoritarian and democratic. **Latin American Research Review**, n. 20, v. 2, p. 29-52, 1985.

Dornbusch, R.; Edwards, S. **The macroeconomics of populism in Latin America**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

Drake, P. Comment. In Dornbusch, R.; Edwards, S. **The macroeconomics of populism in Latin America**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

Germani, G. **Authoritarianism, fascism, and national populism**. New Brunswick, N.J.: Transaction Books, 1981

Gerth, H. H.; Mills, C. W. **From Max Weber: Essays in sociology**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1958

Gibson, E. L. The populist road to market reform: Policy and electoral coalitions in Mexico and Argentina. **World Politics**, n. 49, p. 339-370, 1997.

Hallin, D. Media, political power and democratization in Mexico. In Curran, J.; Park, M. J. (eds.). **De-westernizing media studies**. Londres, Nova Iorque: Routledge, 2000.

Kay, B. H. “Fuji-populism” and the liberal state in Peru, 1990-1995. **Journal of the Inter-American Studies and World Affairs**, n. 38, v. 4, p. 55-98, 1996.

Knight, A. Populism and neo-populism in Latin America, especially Mexico. **Journal of Latin America Studies**, n. 30, p. 223-248, 1998.

Laclau, E. *Política e ideología en la teoría Marxista: Capitalismo, fascismo, populismo*. Londres: Verso, 1980.

Oxhorn, P. The social foundations of Latin America’s recurrent populism: problems of popular sector class formation and collective action. **Journal of Historical Sociology**, n. 11, v. 2, p. 212-246, 1998.

Palermo, V. Moderate populism: A political interpretation of Argentina’s 1991 convertibility plan. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, n. 40, v. 1, p. 69-103, 1997.

Roberts, K. Neoliberalism and the transformation of populism in Latin America. **Government and Opposition**, n. 32, v. 2, p. 192, 1997.

Roxborough, I. Unity and diversity in Latin America history. **Journal of Latin American Studies**, n. 16, 1984.

Viguera, A. Populismo y neopopulismo en América Latina. **Revista Mexicana de Sociología**, n. 55, v. 3, p. 49-66, 1993.

Vilas, C. Latin American populism: a structural approach. **Science and Society**, n. 56, v. 4, p. 389-420, 1992-1993.

Waisbord, S. **Watchdog journalism in South America**: News, democracy and accountability. Nova Iorque: Columbia University Press, 2000.

_____. Secular politics. In Mancini, P.; Swanson, D. (eds.). **Politics, media and modern democracy**: An international study of innovations in electoral campaigning and their consequences. Westport, Conn: Praeger, 1996.

Weyland, K. Neopopulism and neoliberalism in Latin America: unexpected affinities. **Studies in Comparative International Development**, n. 31, v. 3, p. 82, 1996.